



Procurador da República já havia sido citado em outras mensagens trocadas pelo ex-banqueiro, mas nega relação com pivô do escândalo. Conselho avalia conduta



Da E para D: Vorcaro, homem não identificado, Ciro Soares e Gonet. Foto foi tirada em Londres, em uma degustação de uísque com charutos, há dois anos

Foto com Vorcaro sobe a pressão contra Gonet

» FERNANDA STRICKLAND

A divulgação de uma fotografia em que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, aparece em uma mesa na qual está Daniel Vorcaro em uma degustação de uísque e charutos em Londres, ampliou a pressão política sobre o chefe da PGR. A imagem foi enviada em 19 de junho de 2025 pelo advogado Ciro Soares, que defendia interesses do Banco Master, ao ex-banqueiro, preso no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (Papudinha). Logo depois do registro, Soares escreveu: “PG mandou agora”. A Procuradoria-Geral da República confirmou a autenticidade da foto.

Em um dos relatórios da PF cujo sugilo foi levantado pelo ministro André Mendonça, Vorcaro, em vários diálogos supostamente com o ministro Alexandre de Moraes, indagava de “Paulo” — que para os investigadores seria Gonet — e o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, não poderiam atuar para evitar que o Master fosse liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central (BC). Nesse mesmo documento, há um diálogo entre Soares e Vorcaro no qual o advogado manda para o dono do Master uma foto junto com Gonet.

Na sessão de terça-feira do Supremo Tribunal Federal na qual poderia ser aberto um processo investigativo, na Corte, contra Moraes, Gonet defendeu-se das acusações de que teria relações com Vorcaro. Negou tal proximidade e descreveu o encontro em Londres como “brevíssimo e banal”. “Não existe, nem tive relacionamento de proximidade com o senhor Vorcaro. O único encontro que eu tive com o senhor Vorcaro se deu com várias autoridades, em abril de 2024. A única ligação, intermediada por advogado, foi brevíssima e banal”, assegurou.

Firme defesa

Nessa mesma sessão, o ministro Gilmar Mendes fez uma firme defesa de Gonet depois de uma interpegação de Mendonça ao PGR. Os dois ministros trocaram alterações, o segundo estranhamento que protagonizaram naquele dia.

Na quinta-feira, o decano voltou ao tema em publicação no X (antigo Twitter). afirmou que Gonet “tem reputação ilibada e vida pública de lisura insuspeita. Isso nunca foi objeto de disputa: é reconhecido em todos os espectros, por quem concorda e por quem discorda dele. Mesmo assim, teve



Do ponto de vista jurídico, o fato de um procurador-geral estar a uma mesa de um restaurante, seja do que for, conversando com ex-banqueiro, propriamente não é, do ponto de vista decisivo, algo que crie uma situação de impedimento ou de suspeição contra o procurador”

Gustavo Sampaio, professor da UFF e especialista em direito constitucional



O procurador Geral da República deverá prestar esclarecimentos sobre o fato, tendo em vista que Daniel Vorcaro está no centro de investigações que o relacionam com diversos crimes. Contudo, Gonet também tem resguardado seu direito à privacidade e intimidade, pois detém vida pessoal como qualquer cidadão brasileiro”

Marcos Jorge, advogado e coordenador jurídico do escritório Wilton Gomes

a honra injustamente manchada pelo levantamento do sigilo de conversas que nada de ilícito retratavam. E, naquele exato momento, o estrago à reputação já estava feito. Ninguém desfaz mancha com reparo tardio em plenário.”

Gilmar ainda compara a situação que envolve o PGR a episódios da Operação Lava-Jato: “A hora nunca é ao acaso. Lá, sigilos caíam a poucas semanas das eleições. Aqui, o levantamento apareceu às vésperas do 7 de Setembro, para inflar as ruas, arrancar dividendos políticos, sujar reputações e intimidar quem se opõe a esse método. No fundo, o alvo é o direito de defesa de pessoas contra as quais esses agentes nutrem algo que se parece muito mais com vingança do que com justiça”, salientou.

Em manifestação enviada aos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), também na terça-feira, Gonet afirmou que encontrou Vorcaro pessoalmente apenas uma vez, durante esse mesmo evento em Londres. O encontro reuniu, entre outras autoridades, os ministros do STF Mendes, Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, além de Andrei Rodrigues e do advogado-geral da União, Jorge Messias.

Gonet ainda relatou ao CSMPF uma breve conversa telefônica com Vorcaro intermediada por Ciro Soares, em março de 2025. Segundo ele, as menções ao seu nome não têm relevância penal e não justificariam seu afastamento das investigações. Ainda informou que o vice-procurador-geral, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, e dois subprocuradores-gerais passaram a atuar diretamente no caso Master em 11 de setembro.

Soma de elementos

Para o especialista em direito constitucional e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Gustavo Sampaio, a fotografia, isoladamente, não é suficiente para caracterizar impedimento ou suspeição de Gonet. “Do ponto de vista jurídico, o fato de um procurador-geral estar a uma mesa de um restaurante conversando com ex-banqueiro não é algo que crie uma situação de impedimento ou de suspeição”, afirmou.

Sampaio, porém, destaca que a soma dos elementos pode justificar a abertura de uma investigação contra Gonet. Ele observa que

“não é a foto isoladamente”, mas “a foto somada a um núcleo de outros elementos” que deve ser considerada. “Investigar não é condenar ninguém. Investigar é buscar a verdade”, frisou.

O procedimento, contudo, depende de uma autorização específica. Segundo Sampaio, pela Lei Complementar 75, de 1993, uma eventual investigação contra o procurador-geral da República depende de autorização prévia do Conselho Superior do MPF.

A questão, aliás, está relacionada à análise marcada para 25 de setembro pelo CSMPF. O colegiado examinará uma representação do partido Novo que questiona a permanência de Gonet à frente das investigações relacionadas ao Master. O relator é o subprocurador-geral Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Para Marcos Jorge, advogado e coordenador jurídico do escritório Wilton Gomes, a fotografia em que aparecem Gonet e Vorcaro não demonstra ilegalidade. Para ele, o PGR deve prestar esclarecimentos sobre o episódio, mas pondera que o procurador-geral tem direitos individuais.

“O procurador Geral da República deverá prestar esclarecimentos sobre o fato, tendo em vista que Daniel Vorcaro está no centro de investigações que o relacionam com diversos crimes. Contudo, é importante ressaltar que Paulo Gonet, além de exercer função pública, também tem resguardado seu direito à privacidade e intimidade, pois detém vida pessoal como qualquer cidadão brasileiro”, afirmou.

Procurada, a assessoria de Gonet confirmou o encontro, mas lembrou que o ministro Mendonça observou, na sessão do STF, terça-feira, que não encontrou ilícito envolvendo o procurador-geral — fez menção a encontros sociais apenas vinculados ao PGR.

A foto deu mais munição aos bolsonaristas contra o PGR e o Supremo Tribunal Federal. O senador Flávio Bolsonaro (PL), candidato à Presidência da República, publicou nas redes sociais que o procurador-geral da República e o dono do Banco Master estariam “rindo da cara do povo sofrido” e associou o episódio ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O presidenciável, porém, tem contra si áudios nos quais cobra de Vorcaro dinheiro para que, segundo ele, seriam aplicados na realização do filme *Dark Horse*, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



Novos senadores dirão o que será o amanhã da Presidência e do Supremo Tribunal

Embora não tenha centralidade na decisão da maioria dos eleitores, a crise do Supremo Tribunal Federal (STF) impactou a disputa pelo Senado, que tem o poder de homologar a indicação de seus magistrados e mesmo aprovar o impeachment. Caso seja reeleito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, terá a possibilidade de indicar mais quatro ministros; Flávio Bolsonaro, se vitorioso, já disse que pretende indicar seis, para essas quatro vagas, e mais duas que pretende abrir com os impeachments dos ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino.

Estão em disputa 54 das 81 cadeiras do Senado, duas por estado e pelo Distrito Federal. As pesquisas mostram vantagem da direita e da centro-direita em número expressivo de estados, mas também revelam disputas muito abertas pelas segundas vagas. O controle do Senado, portanto, ainda não está definido. Além dos ministros do STF, a Casa confirma ou não autoridades do Banco Central, procurador-geral da República, dirigentes de agências reguladoras e embaixadores. Julga processos de impeachment de ministros do STF e exerce papel central na aprovação de reformas constitucionais. Para aprovar uma emenda à Constituição, são necessários 49 votos em dois turnos.

Uma bancada conservadora ampliada aumentaria a pressão sobre o Supremo, especialmente diante da crise provocada pelo caso Banco Master e pelo desgaste da Corte. O Senado deixaria de atuar apenas como moderador para assumir uma postura mais fiscalizadora e até de confronto. Mesmo sem os 54 votos necessários para afastar um ministro do STF, a direita poderá controlar comissões, convocar autoridades, aprovar pedidos de informação e impor custos políticos ao Supremo.

Caso Lula seja reeleito, provavelmente encontrará um Senado ainda mais conservador e terá dificuldades para aprovar indicações, reformas e projetos de maior conteúdo ideológico. MDB, PSD, União Brasil e PP darão as cartas do futuro. Sem esses partidos, não se aprovará nada. Flávio Bolsonaro, em contrapartida, teria um ambiente mais favorável à sua agenda no Senado, mas ainda dependeria do centro para aprovação de emendas constitucionais e impeachment de ministros do Supremo que levassem à formação de um “regime iliberal”.

Favoritos

No Norte, candidatos do PL, PP, Republicanos e outros partidos conservadores aparecem com força no Acre, em Rondônia, Roraima e Tocantins. No Pará, Helder Barbalho (MDB) lidera com folga, mas a segunda cadeira é disputada pelo delegado Éder Mauro (PL), Chicão (União Brasil), Zequinha Marinho (Podemos) e Celso Sabino (PDT). No Amazonas, Eduardo Braga (MDB) e Plínio Valério (PSDB) representam uma composição mais próxima do centro político, enquanto, no Amapá, Raíssa Furlan (MDB) lidera, enquanto Randolfe Rodrigues (PT) enfrenta uma disputa apertada com Lucas Barreto (PSD).

A situação é semelhante no Centro-Oeste. No Distrito Federal, Michelle Bolsonaro (PL) lidera, seguida por Leila do Vôlei (PDT), Bia Kicis (PL) e Erika Kokay (PT). A eleição brasiliense concentra, em quatro candidaturas, as principais correntes da política nacional: o bolsonarismo, o centro independente e a esquerda. Em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, candidatos ligados ao agronegócio e aos partidos de centro-direita ocupam as posições mais competitivas.

No Sul, a direita também parte em vantagem. No Rio Grande do Sul, Marcel van Hattem (Novo) lidera, mas Manuela D’Ávila (PSol), Sanderson (PL), Paulo Pimenta (PT) e Germano Rigotto (MDB) disputam a outra cadeira. No Paraná, Deltan Dallagnol (Novo), Alexandre Curi (PSD), Filipe Barros (PL) e Gleisi Hoffmann (PT) formam o primeiro pelotão. Em Santa Catarina, o eleitorado conservador favorece os candidatos vinculados ao PL e ao PP.

O Nordeste oferece o principal contraponto ao avanço da direita. Na Bahia, Rui Costa e Jaques Wagner, ambos do PT, lideram, embora João Roma (PL) e Angelo Coronel (Republicanos) permaneçam competitivos. No Ceará, Cid Gomes (PSB) ocupa a primeira posição, enquanto Capitão Wagner (União Brasil) e Luizianne Lins (PT) disputam a segunda vaga. Em Pernambuco, Marília Arraes (PDT) e Humberto Costa (PT) aparecem à frente, ameaçados por Mendonça Filho (PL). No Piauí, Ciro Nogueira (PP), Marcelo Castro (MDB) e Júlio César (PSD) estão praticamente empatados.

O Maranhão apresenta um dos quadros mais fragmentados: Roseana Sarney (MDB), André Fufuca (PP), Laheiso Bonfim (Novo), Weverton Rocha (PDT) e Eliziane Gama (PT) aparecem tecnicamente empatados. No Rio Grande do Norte, Styvenson Valentim (Podemos) e Zenaide Maia (PSD) largaram em posição favorável. Em Sergipe, Alessandro Vieira (MDB) e Rogério Carvalho (PT) tentam a reeleição. Em Alagoas, Renan Calheiros (MDB) lidera, mas enfrenta uma oposição fortalecida com Marina JHC (PSDB) e Arthur Lira (PP) na disputa.

As maiores incertezas, porém, estão no Sudeste. Em São Paulo, Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB) lideram numericamente, mas André do Prado (PL) e Guilherme Derrite (PP) estão muito próximos. Em Minas Gerais, Marília Campos (PT) aparece à frente, seguida por Carlos Viana (PSD), Aécio Neves (PSDB) e Domingos Sávio (PL). No Rio de Janeiro, Benedita da Silva (PT) lidera, enquanto Carlos Jordy e Carlos Portinho, ambos do PL, disputam a segunda cadeira. No Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB) lidera — Sérgio Menegelli (PSD), Fabiano Contarato (PT) e Rose de Freitas (MDB) disputam a segunda vaga.